

O efeito tequila

As ações da guerrilha zapatista e a crise financeira mexicana repercutiram como um terremoto na América Latina. O México deixou de ser o modelo econômico exibido pelos Estados Unidos e FMI



As bolsas de valores da América Latina sofreram um forte impacto com a crise mexicana

Roberto Bardini

O dia 20 de dezembro de 1994 foi uma “terça-feira negra” para os cérebros políticos, os responsáveis pela economia e os estrategistas militares do recém-empolgado governo do presidente Ernesto Zedillo, do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Nesse dia, o mercado financeiro mexicano se transformou na primeira vítima da retomada das ações anunciada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no estado de Chiapas, situado ao sul do México.

A Bolsa de Valores caiu 23%, a quinta maior baixa em 1994, e o peso (moeda mexicana) sofreu uma desvalorização de 15% – a maior desde 1987 – em relação ao dólar. Vinte e quatro horas mais tarde, a desvalorização chegaria a 40%.

A crise da moeda mexicana repercutiu com a força de um terremoto na América Latina e provocou abruptas quedas nas bolsas de valores das mais

importantes praças financeiras, principalmente Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro. Especialistas de Wall Street, citados pelo *The New York Times* garantiram que os investidores norte-americanos perderam entre oito e dez bilhões de dólares em apenas uma semana.

E o que chamou mais a atenção foi que, do coração da selva de Chiapas, os rebeldes conseguiram sacudir o mercado financeiro local, aterrorizar os investidores estrangeiros, afetar as operações nas bolsas da América Latina e atrair a atenção internacional sem disparar um só tiro de seus fuzis AK-47.

Exibição de força – Vinte e quatro horas antes do furacão financeiro, o Exército Zapatista de Libertação Nacional tinha rejeitado a proposta do presidente Zedillo de criar uma comissão negociadora composta por sete parlamentares do governo e da oposição. Dessa forma, o presidente tentava es-

vaziar a Comissão Nacional de Intermediação (Conai), presidida por d. Samuel Ruiz, bispo de San Cristóbal de las Casas, e integrada por intelectuais e líderes sociais de Chiapas. A Conai é o único mecanismo que os guerrilheiros zapatistas reconhecem como instância de negociação com o governo.

A resposta à manobra de Zedillo chegou através de palavras e ações. O carismático subcomandante Marcos declarou que “o governo não pode ser juiz e parte do conflito”. E passou à ação, promovendo a operação mais importante desde o surgimento do movimento em 1º de janeiro de 1994: durante a madrugada, os rebeldes ocuparam pacificamente

três povoados, tomaram posições próximas a 38 dos 110 municípios da região de Chiapas e depois romperam o cerco militar estabelecido pelo exército sem recorrer às armas.

Mil soldados com tanques leves, veículos com metralhadoras pesadas e ambulâncias, com apoio de aviões militares, fizeram uma verdadeira “operação pente-fino” em busca dos rebeldes, sem nenhum sucesso. Os combatentes do EZLN, após atingir seus objetivos, retrocederam silenciosamente a seus esconderijos na selva.

Apesar da enorme mobilização guerrilheira, não houve confrontos nem vítimas. Com esta atitude, os rebeldes não violaram o cessar-fogo decidido no início do ano com as autoridades e realizaram uma exibição de força que deixou numa situação ridícula o exército mexicano, ao qual a maioria da população considera como o “bandido do filme”.

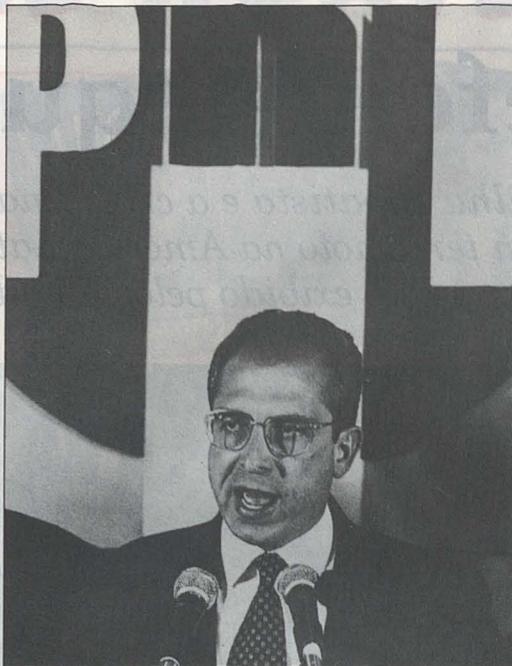
Um dia depois, o presidente Zedillo reviu sua decisão de criar uma instân-

cia negociadora. "Convido os membros da Comissão Nacional de Intermediação para se tornarem o primeiro elo entre a comissão de mediação, integrada por parlamentares, e o EZLN", disse. A medida satisfiz um das exigências dos rebeldes.

Beatriz Paredes, vice-ministra de Governo (pasta do Interior), viajou para Chiapas para fortalecer o diálogo entre o governo e a guerrilha e garantiu que existia vontade oficial para "encontrar as vias para obter a paz com justiça social e dignidade". A subsecretária se reuniu com o bispo Samuel Ruiz, que havia atuado como mediador nas conversações mantidas entre as autoridades e os rebeldes desde o início de 1994 até sua suspensão abrupta em outubro.

Beatriz Paredes garantiu, após seu encontro com o religioso, que o intercâmbio tinha sido "muito frutífero" em relação ao papel que a Conai jogará no futuro como organização neutra e imparcial no conflito.

"A comunicação será restabelecida", anunciou Ruiz depois de celebrar a Missa do Galo. O religioso suspendeu uma greve de fome que tinha começado no dia 20 de dezembro em protesto pela possível retomada das ações bélicas por parte do exército e dos rebeldes.



Zedillo: governo começou marcado por duas crises

Tempos difíceis – Seria simplista atribuir a ação dos rebeldes zapatistas à caótica situação econômica na qual mergulhou o México. Porém, não se pode ignorar sua influência. "A situação em Chiapas não seria tão preocupante se todo o resto estivesse caminhando bem", afirmou Damian Frazer, do grupo bancário de investimento Baring Securities.

O próprio secretário da Fazenda, Jaime Serra Puche, um dos principais negociadores do Tratado de Livre Co-

mércio (Nafta), explicou que a correção monetária foi feita para evitar "efeitos que provoquem instabilidade devido à incerteza gerada pelos acontecimentos em Chiapas".

Assim, os primeiros vinte dias de governo do presidente Ernesto Zedillo, que tinha assumido no dia 1º de dezembro, foram marcados a ferro e fogo por dois fatores desestabilizadores: a retomada das ações dos rebeldes de Chiapas e a retirada dos investidores dos mercados financeiros do país. Nos últimos dois meses do ano passado houve uma fuga em massa de capitais, que alcançou cinco bilhões de dólares.

O presidente herdou também um déficit comercial de mais de 20 bilhões de dólares, que este ano pode chegar aos 28 bilhões. Este perigoso rombo precisa ser coberto por novos investimentos para evitar a erosão das reservas internacionais do Banco Central.

Zedillo tomou posse ao final de um ano difícil, com o país abalado pelos brutais assassinatos do então candidato do PRI, Luis Donaldo Colosio, em 23 de março de 1994, e do secretário geral do mesmo partido, José Ruiz Massieu, em 28 de setembro.

Uma ajuda dos amigos – No dia 21 de dezembro, o governo mexicano tomou três drásticas medidas para tratar de contornar a crise: suprimiu a faixa de flutuação cambial (o mercado fixaria a cotação dólar-peso), congelou durante 60 dias os bens e serviços (para evitar que disparassem os índices de inflação) e recorreu a um mecanismo de apoio de crédito dos Estados Unidos e Canadá.

Em 22 de dezembro, as autoridades lançaram mão do fundo especial de quase sete bilhões de dólares que os Estados Unidos e o Canadá, seus sócios no Nafta, colocaram à disposição para defender o peso que – acossado pela crise que explodiu no



A retomada das ações dos zapatistas em dezembro se tornou o primeiro desafio do novo governo

país após as sucessivas desvalorizações pelas quais passou a moeda – a partir da “terça-feira negra” tinha despencado em quase 40%.

A ajuda estava composta por seis bilhões de dólares oriundos do Departamento do Tesouro e da Reserva Federal (Banco Central) norte-americanos, e por um bilhão de dólares canadenses (cerca de 700 milhões em moeda norte-americana), desembolsados pelo Banco do Canadá. A ajuda tinha sido oferecida ao México em março de 1994, quando os mercados financeiros sofreram forte

abalo por causa do atentado do então candidato presidencial do PRI, Luis Donaldo Colosio, mas na ocasião as autoridades mexicanas preferiram recorrer a suas próprias reservas para fortalecer o peso.

O próprio secretário do Tesouro norte-americano, Lloyd Bentsen, declarou que a liberação do fundo especial representava o respaldo de Washington às medidas da equipe econômica de Zedillo. “Com um orçamento equilibrado, a continuidade das reformas econômicas e uma política monetária prudente, os fundamentos da economia mexicana

continuam sendo sólidos”, disse. Quinze dias depois, a extraordinária “operação resgate” paga pelos sócios do México no Nafta duplicava: 18 bilhões de dólares.

Um modelo feito em pedaços –

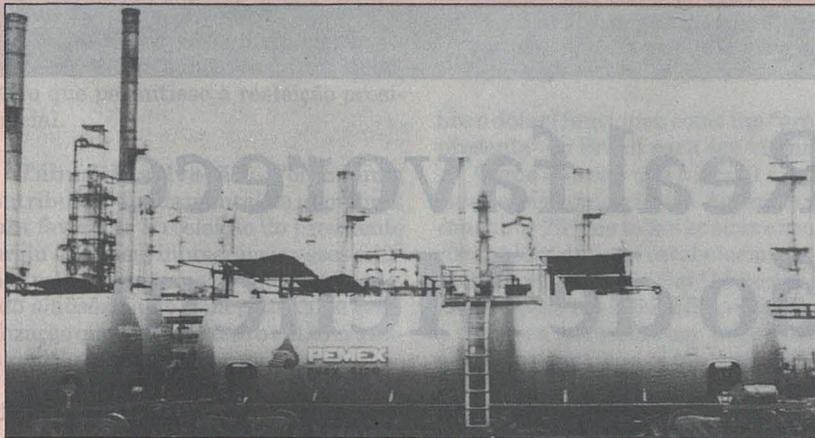
Antes de finalizar 1994, o governo mexicano decidiu repensar sua estratégia para enfrentar a aguda crise econômico-financeira que estourou com a desvalorização de quase 40% através de um plano que inclui grandes cortes do gasto público e mais privatizações. As medidas incluíam uma redução de 25% nos gastos do orçamento e afetarão os fundos destinados aos programas sociais.

Antes da “terça-feira negra”, a situação econômica do México era apontada pelos Estados Unidos e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como um exemplo a ser seguido pela América Latina, mas na realidade esse modelo já tinha começado a mostrar sérias rachaduras no biênio 1993-1994. Embora as autoridades justificassem a catástrofe financeira do final do ano com a atividade do EZLN em Chiapas, a verdade ficou evidente ao longo dos primeiros dias de 1995: era, simplesmente, outra das pesadas heranças da administração anterior, do ex-presidente Carlos Salinas de Gortari.

Esse modelo – baseado em uma completa reforma do Estado, numa ampla abertura econômica e num constante fluxo de capitais vindos do exterior – começou a naufragar com a invasão de artigos importados que provocou a quebra de indústrias locais, o estancamento das exportações e a supervalorização do peso. Ao mesmo tempo, diminuiu o poder aquisitivo da ampla classe média mexicana, aumentou o desemprego e estabeleceu uma ainda mais injusta distribuição da renda.

No dia 2 de janeiro, Zedillo anunciou à população que o país estava às portas de um período de enorme esforço para reverter a crise e anunciou um programa – elaborado rapidamente, numa verdadeira corrida contra o relógio – que exigiria “esforços consideráveis”. O presidente pediu “sacrifícios por parte de todos os trabalhadores, mesmo dos que menos têm” e deixou de lado o tradicional discurso triunfalista do PRI, partido político há quase 70 anos no poder, para reconhecer que “não somos um país rico, mas uma nação com graves necessidades e carências”.

Petróleo, o prato forte



A estatal Pemex é o principal objeto de desejo dos investidores estrangeiros

No novo plano de emergência para resgatar a economia mexicana, as autoridades anunciaram privatizações a torto e a direito, que incluem aeroportos, portos, rodovias, estradas de ferro e setores elétricos.

No cardápio oficial, porém, não figurava o prato forte: Petróleos Mexicanos (Pemex), a gigantesca empresa estatal que anualmente fatura somas milionárias, um nome cuja simples menção deixa os investidores estrangeiros com água na boca. Pemex é uma das maiores produtoras de petróleo mundial de hidrocarbonetos, conta com 106 mil empregados e suas reservas estão calculadas em 750 bilhões de dólares.

Os principais círculos econômicos dos Estados Unidos calculam que o México deverá privatizar o monopólio estatal do petróleo. “Abrir caminho para a privatização da Pemex

– a última grande relíquia do nacionalismo econômico mexicano – tornaria mais fácil engolir o amargo remédio do presidente Ernesto Zedillo”, afirmou um editorial do influente *Journal of Commerce*.

Para a Fundação Heritage, um organismo conservador que na década de 80 forneceu “cérebros” para o governo de Ronald Reagan, Zedillo “deverá tomar medidas mais firmes para eliminar a corrupção e o narcotráfico e abrir aos investimentos estrangeiros o setor mais protegido da economia mexicana”.

Porém, o fato de que o presidente não tenha incluído a Pemex entre os bens privatizáveis do Estado “é um indício de que o presidente não conta com um grande poder político”, opinou o American Enterprise Institute, um centro de pesquisas em Washington.